



Revista Café com Sociologia

Volume 5, número 3, Ago./Dez. 2016

A SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO: A temática dos Direitos Humanos nos Livros Didáticos

Anderson Felipe dos Anjos DUARTE¹

Resumo

O presente artigo visa uma reflexão em torno do Ensino de Sociologia com a perspectiva da interdisciplinaridade nos livros de Sociologia do Ensino Médio com a especificidade na abordagem dos conteúdos de Direitos Humanos, assim abordados nos livros didáticos. Contextualizamos a Resolução que propõe a inserção dos direitos humanos no Ensino Básico, como conteúdo misto, transversal ou conteúdo específico de disciplinas existentes no Ensino Básico. Realizamos a nossa análise dos Livros selecionados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2015. Diagnosticamos a presença dos Direitos Humanos em apenas três livros de Sociologia. Assim, dar-se aqui uma crítica à redução e a descentralização da temática dos direitos humanos em alguns livros de Sociologia, bem como a disparidade encontrada dos DH estarem trechos em capítulos diferentes ou não ser abordado em nenhum capítulo.

Palavras-chave: Livros Didático de Sociologia. Interdisciplinaridade. Direitos Humanos

SOCIOLOGY IN SECOND EDUCATION: the theme of Human Rights in Textbooks

Abstract

This paper aims to propose a reflection related to Sociology Teaching with an outlook at interdisciplinarity on High School Sociology books with the specificity on the approach of the human rights, then approached on the didactic books. We contextualized the Resolution which proposes the insertion of the human rights on Basic Education, as miscellaneous contents, transversal or specific contents from existent disciplines on Basic Education. We performed our own analysis of the selected books by the “Programa Nacional do Livro Didático” (PNLD) of 2015. We identified the presence of the human rights in only three Sociology books. Thus, you find here a critic to the reduction and decentralization of the human rights subject in some sociology books, as well as the imparity found of the HR being found in stretches in different chapters or not being approached in any chapter.

Keywords: Didactic Sociology books. Interdisciplinarity. Human Rights.

¹ Licenciado em Ciências Sociais – UFPB. Especialista em Educação Em Direitos Humanos- UFPB. Mestrando em Ciências Sociais- FUNDAJ . E-mail: anderson01felipe@gmail.com

INTRODUÇÃO

A própria composição das Ciências Sociais, composta pela Antropologia, Ciência Política e Sociologia proporciona a interdisciplinaridade nesta última, a qual não é o foco do nosso trabalho. Quase não encontramos trabalhos com a discussão da Interdisciplinaridade na Sociologia, fora da Antropologia e das Ciência Política. Assim desenvolveremos o nosso trabalho envolto da transdisciplinaridade da Sociologia com as Ciências das Humanidades nos livros do Ensino Médio.

Para adentrar na interdisciplinaridade pensamos na formação de professores para as Ciências Humanas em amplo sentido, com uma formação profissional e pessoal, a partir de arcabouço teórico/epistemológico específico das humanidades. Porém à prática dos docentes, está estritamente ligada com a formação de sujeitos da aprendizagem. Os professores estão em um fluido contínuo de formação em que, se envolve as práticas cotidianas. Se faz necessário pensar na formação de sujeitos mediante o seu contexto sociocultural.

Nesse sentido, é importante que o professor de Sociologia propicie ambiente favorável à contextualização das mais diversas experiências, afim de que o educando possa construir um saber significativo dentro do processo ensino-aprendizagem, a partir de uma formação constante baseada na experiência de cada um relacionada ao programa prévia e cotidianamente arquitetado (HAERTER, 2003, p. 29).

Saindo da noção de “dar conta do conteúdo” o professor precisa mediar conhecimentos que complementam a vida humana e valorize as multiplicidades de conhecimentos dos agentes de aprendizagem, percebendo que estes são adotados de vivências e experiências socioculturais próprias que devem ser consideradas e aproveitadas dentro de um processo de ensino-aprendizagem.

Ao refletirmos sobre a interdisciplinaridade² da Sociologia para os educandos do ensino médio, com o tema dos Direitos Humanos, tomando-se por base a educação do ensino médio em virtude de ser realizado um estudo sobre os livros didáticos específicos de Sociologia, é preciso buscar questões norteadoras, problemas, imagens, temas que estejam envoltos à temática dos Direitos Humanos.

² O conceito de interdisciplinaridade fica mais claro quando se considera o fato trivial de que todo conhecimento mantém um diálogo permanente como os outros conhecimentos, que pode ser de questionamento, de confirmação, de complementação, de negação, de ampliação BRASIL (1999, p.88). No caso específico do artigo, trata-se do diálogo da Sociologia com os Direitos Humanos como temática para o Ensino Médio.

O nosso escopo é o livro de Sociologia no Ensino Médio, para verificarmos em que medida os Direitos Humanos são abordados nos livros didáticos de Sociologia aprovados pelo Programa Nacional Livro Didático (PNLD, 2015), com vistas a promover a apreensão das temáticas/conceitos/teorias sobre a interdisciplinaridade em seus conteúdos, especificamente aos Direitos Humanos. Nesse sentido, a análise dos livros de Sociologia (PNLD, 2015) é o nosso escopo.

Cabe-nos, antes de avançarmos na discussão realizar alguns esclarecimentos em torno da relação entre o Ensino de Sociologia e os Direitos Humanos, afinal, este conteúdo deveria compor no currículo diretamente ou indiretamente segundo a resolução do conselho nacional de educação, assim, a garantia do ensino dos Direitos Humanos na educação básica por meio da Resolução CNE/CP nº1 de 30 de maio de 2012, introduz a concepção transversal dos Direitos Humanos em vários documentos e projetos oficiais que compõem a comunidade escolar, assim como nos materiais didáticos e os pedagógicos. Mediante a aproximação do ensino de Sociologia e os Direitos Humanos compondo a área das Ciências Sociais, utilizamos a análise documental acerca dos materiais didáticos de Sociologia que estão em uso/disposição aos educandos e docentes desde 2015.

Sinteticamente, apontaremos aqui alguns expoentes neste debate, ainda que haja milhares de outras discussões que partem das temáticas sobre a Educação e os Direitos Humanos, essa discussão específica ressalta o ensino de Sociologia/Ciências Humanas na escola média como espaço que deveria garantir o ensino sobre a temática dos Direitos Humanos como conteúdo para a educação básica prevista na resolução já mencionada.

Desenvolveremos esta análise com base em uma pesquisa qualitativa. Com instrumento metodológico de pesquisa documental, “Nesse sentido, acreditamos que a pesquisa documental representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas.” (GODOY, 1995. p.21). Os documentos como livros didáticos e resoluções são de suma importância para a relevância de uma pesquisa científica, e também uma fonte de dados fundamentais para a construção e consolidação deste texto.

A partir deste momento realizamos um exame de como os documentos oficiais sobre a educação em Direitos Humanos na educação básica se apresenta, e se o tema sobre os Direitos Humanos encontra-se nos livros didáticos selecionados pelo PNLD (2015), ainda que caiba aqui uma reflexão sobre a apresentação dos Direitos Humanos aos livros didáticos de Sociologia, anuncia-se a redução dos Direitos Humanos (DH) apenas às questões teóricas, uma vez que

compreendemos que a discussão desse tema ultrapassa os livros didáticos, perpassando ao espaço escolar no que tange a amplitude desse ambiente.

O ENSINO DE D.H. NAS AULAS DE SOCIOLOGIA PARA A ESCOLA MÉDIA

Desde o ano de 2008 a inserção da Sociologia no Ensino Médio foi implantada através de documentos oficiais. Porém, um dos problemas para a efetiva consolidação da implantação dos conteúdos foi a dificuldade dos educandos em associar o conhecimento da Sociologia com o conhecimento no cotidiano de suas vidas, aliando-se a realidade educacional e o contexto social. Em que pese, a contribuição específica deste artigo, ao direcionarmos o debate acerca dos Direitos Humanos e o Ensino de Sociologia, no mesmo momento em que entra na pauta política o debate sobre a sua obrigatoriedade na grade curricular, pois com a implantação da Medida Provisória 746/2016, torna-se a Sociologia como disciplina optativa no Ensino Médio.

No entanto há grandes dificuldades dos docentes em trabalhar os conteúdos da disciplina de Sociologia, principalmente com relação às teorias clássicas, aos temas e conceitos. Os professores que lecionam Sociologia em sua maioria não tem formação na área das Ciências Sociais, e eles têm dificuldades no cotidiano de sua prática docente. Assim como, os docentes que tem formação específica em Sociologia encontram dificuldades no caminho do fazer docente, as dificuldades estão presentes no método de abordar os conteúdos e entre outras problemáticas.

As dificuldades presentes no cotidiano dos docentes de Sociologia intensificam as necessidades de trabalhos com um bom material didático, pois na realidade de sala de aula:

Muitas vezes os professores não sabiam nem o que eles iam trabalhar em sala de aula. Então, você ter em sua mão um documento dizendo olha os conteúdos são esses, a Sociologia tem mais ou menos este histórico, a gente pensa a Sociologia desta forma. Isto para o professor que está assumindo a disciplina, nossa! Dá um alívio enorme [...] Outra coisa é pegar este documento e transformar isso em aula de Sociologia (FEITOSA, 2009).

A partir de relatos semelhantes sobre a realidade do fazer docente, encontramos a necessidade de colocar em prática os documentos que indicam os conteúdos, com a própria mediação didática para fomentar livros didáticos e paradidáticos, no intuito de facilitar o ensino aprendizagem. O conhecimento escolar tem as suas características, do saber-fazer, o docente do Ensino Médio apreendeu a epistemologia dos conteúdos na academia, e na prática esse docente

elabora a linguagem transmissível para que, o resultado obtido, seja a compreensão pelos receptores dos conteúdos.

Apontamos uma breve contextualização da inserção da Sociologia no Ensino Médio, um outro problema apontado sucintamente, é que os professores não teriam formação na área das Ciências Sociais, apesar de ser uma pesquisa apontada há anos, esse problema se perdura na formação do docente, pois os conhecimentos epistemológicos dos professores precisam ser lapidados para chegarem ao Ensino Médio, encontramos nos livros didáticos problemas com relação a falta de alguns conteúdos pertencentes a Sociologia.

O debate que surge com intensidade sobre os Direitos Humanos com base na educação acerca do direito à qualidade da educação para os jovens não será abordado neste trabalho, mas sim o trabalho docente em virtude de ser realizado para a educação em Direitos Humanos como conteúdo curricular para o Ensino Médio, de um ponto de vista sobre uma disciplina específica, a Sociologia, ao absorver e transmitir conhecimento sobre os Direitos Humanos.

A Resolução de 2012 seria outra fonte de dados que fundamenta a nossa defesa da educação em Direitos Humanos para o Ensino Médio, no artigo 2º diz que: “§ 2º Aos sistemas de ensino e suas instituições cabe a efetivação da Educação em Direitos Humanos, implicando a adoção sistemática dessas diretrizes por todos(as) os(as) envolvidos(as) nos processos educacionais.” (BRASIL, 2012, p.1).

Ainda explorando e analisando o documento que oficializa e promove a educação em Direitos Humanos, informa-nos que:

Art. 4º A Educação em Direitos Humanos como processo sistemático emultidimensional, orientador da formação integral dos sujeitos de direitos, articula-se às seguintes dimensões:

III - formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveiscognitivo, social, cultural e político;

IV - desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e (BRASIL, 2012, p.2).

O inciso III, articula-se com o objetivo da Sociologia no Ensino Médio, mediante uma construção de cidadãos conscientes do ponto de vista social, cultural e político. A escolarização dos educandos voltados para uma conscientização a respeito da sociedade, resulta na aproximação da educação em Direitos Humanos à Sociologia, contribuindo para cidadãos críticos-reflexivos. Sendo inegável essa formação de cidadãos conscientes também para a Sociologia,

Mais do que reproduzir dados, denominar classificações ou identificar símbolos, estar formado para a vida, num mundo como o atual, de tão rápidas transformações e de tão difíceis contradições, significa saber se informar, se comunicar, argumentar, compreender e agir, enfrentar problemas de qualquer natureza, participar socialmente, de forma prática e solidária, ser capaz de elaborar críticas ou propostas e, especialmente, adquirir uma atitude de permanente aprendizado (PCN-EM, 2002, p. 9).

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCN +, 2002), a Sociologia tem sua base no conceito de formação ao sujeito da aprendizagem para cidadania, como também o conceito de trabalho e cultura para uma formação crítica da sociedade. E o inciso IV nos aponta para uma iniciativa de construção metodológica por meio de imagens, linguagens acessíveis e materiais didáticos que contextualize o aspecto sociocultural em que os educandos estão inseridos, assim como no conjunto analisado entre a interdisciplinaridade dos Direitos Humanos associado com a Sociologia promove uma formação para a cidadania, que resultará em cidadãos conscientes e críticos de sua realidade.

No contexto de exploração, para dar subsídios ao nosso trabalho, em termos de jurisdição e de implementação da educação em Direitos Humanos, sob a ótica de inserção dentro de uma disciplina existente, e na organização curricular das instituições educativas, ou sobre costurar temas imbricados aos Direitos Humanos, encontramos nas diretrizes nacionais para a educação em Direitos Humanos um norte para os caminhos a percorrer a educação básica e superior direcionados à implementação dos Direitos Humanos como tema relevante aos educandos, vejamos trechos do artigo:

Art. 7º A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior poderá ocorrer das seguintes formas:
I - pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos tratados interdisciplinarmente;
II - como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar;
III - de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade.
Parágrafo único. Outras formas de inserção da Educação em Direitos Humanos poderão ainda ser admitidas na organização curricular das instituições educativas desde que observadas as especificidades dos níveis e modalidades da Educação Nacional (BRASIL, 2012, p.2).

A partir dessa caracterização diretiva da Resolução citada acima, destacamos a importância da Sociologia tendo uma interdisciplinaridade dos Direitos Humanos como tema que deverá conter capítulos, textos direcionados para a educação em Direitos Humanos em que poderão ser

costurados temas que envolvam o conteúdo, ou como conteúdo específico de uma disciplina existente, no caso, a Sociologia. Destacamos a relevância do nosso trabalho para a área da Sociologia, essa ciência com menos de um século, e que aponta características de absorção em seus materiais didáticos sobre o tema dos Direitos Humanos, transversalidade e interdisciplinaridade com os Direitos Humanos, além da aproximação e a capacidade de estarem imbricados aos conhecimentos sobre a realidade social e a tarefa de desenvolver cidadãos críticos-reflexivos.

Cabe-nos ressaltar a importância dos docentes, dentre outros profissionais da educação, quando em formação acadêmica, possuírem conhecimentos sobre os Direitos Humanos como requisito obrigatório em seus componentes curriculares. Nos primeiros conhecimentos prévios da academia, os profissionais desenvolverão habilidades para trabalharem no ensino e no âmbito educacional em favor dos Direitos Humanos.

Portanto, trata-se de uma problemática que tem muito a contribuir para o Ensino Médio não apenas acrescentando um conhecimento da temática dos Direitos Humanos aos educandos, mas também, lançando elementos de inserção dos DH nas aulas de Sociologia, nos materiais didáticos como interdisciplinaridade que possam problematizar o próprio âmbito educacional e o que se vivencia nele.

COMO OS DH SE APRESENTAM NOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA?

Os Direitos Humanos tem se apresentado timidamente sobre os primeiros livros de Sociologia para o Ensino Médio, que foram aprovados pelo PNLD (2012), tendo a aprovação de dois livros apenas, sendo a multiplicidade de escolhas e conteúdos desses materiais fragilizados.

No que tange ao conhecimento sobre os Direitos Humanos, essa temática não deveria estar apenas enleados dentro dos livros didáticos de Sociologia, mas, numa amplitude dos livros didáticos das Ciências Humanas (Geografia, História, Filosofia e Sociologia) como assim é previsto na Resolução/CNE 01 de 30 de maio de 2012, a inserção desse conhecimento nos materiais didáticos ou conteúdo de uma disciplina já existente. Porém como forma de delimitar o nosso estudo direcionamos a análise para os livros didáticos de Sociologia.

A metodologia de caráter qualitativo, proporciona-nos enquanto processo de pesquisa, a não estável estrutura, permitindo abertura para a imaginação e engenhosidade no elaborar novas perspectivas e enfoques. Se tratando de uma pesquisa documental, segundo Godoy (1995), “Na pesquisa documental, três aspectos devem merecer atenção especial por parte do investigador: a

escolha dos documentos, o acesso a eles e a sua análise”. Partindo do processo de construção da pesquisa documental que elaboramos esses três passos: 1º passo: escolhemos os documentos e os livros didáticos de Sociologia para serem investigados e estudados; 2º passo: mobilizamos para ter acesso aos livros didáticos que foram aprovados pelo PNLD (2015); 3º passo: a análise, o tratamento dos resultados e a exploração dos materiais didáticos do professor que fará uso a partir de 2015. O manejo que o pesquisador fará com os resultados da análise terá que proporcionar nos resultados significância e validade. O resultado final de nossa pesquisa terá “A relevância específica da pesquisa qualitativa para o estudo das relações sociais deve-se ao fato da pluralização das esferas da vida” (FLICK, 2002, p.17).

Para realizar nossa análise tomamos como base os livros de Sociologia aprovados pelo PNLD (2015) sendo eles: *Tempos Modernos, tempos de Sociologia* (BOMENY et. al. 2013), *Sociologia em movimento* (JARDIM et. al. 2013), *Sociologia Hoje* (MACHADO, 2013), *Sociologia* (MOTIM, 2013), *Sociologia Para Jovens do Século XXI* (OLIVEIRA, 2013) e *Sociologia Para o Ensino Médio* (TOMAZI, 2013). Dentro do conjunto de seis livros selecionados pelo PNLD, dois tinham a aprovação do PNLD em 2012, como é o caso de *Tempos Modernos, tempos de Sociologia* (BOMENY et. al. 2013) e *Sociologia Para o Ensino Médio* (TOMAZI, 2013) que reformularam e ampliaram as edições anteriores para a seleção do PNLD de 2015.

O livro didático é um dos recursos para os professores que selecionam e organizam os conteúdos didáticos para as suas aulas, assim como um material que os educandos tem em mãos para facilitar a compreensão dos conteúdos da Sociologia/Ciências Sociais. A análise dos livros didáticos, direciona-se para um recorte específico aos Direitos Humanos dos conteúdos abordados nos livros, destinaremos parágrafos para as análises apreendidas sobre os conteúdos dos Direitos Humanos investigados nos livros de Sociologia. Assim desenvolvemos alguns questionários para analisarmos os conteúdos (cf. anexo 1) e mostrar sistematicamente a análise que será detalhada a partir de agora.

Os livros didáticos ao trazerem imagens, charges e outros instrumentos didáticos facilitam a compreensão dos educandos ao conteúdo, no entanto, parte dessas ferramentas estão associados à conteúdos de cidadania, governo, política, estado e movimentos sociais. A maioria das ferramentas didáticas não contemplam os DHs.

O livro *Tempos Modernos, tempos de Sociologia* (BOMENY et. al. 2013), nesta reforma introduzida nesta edição, destina-se no capítulo 19, ao tema dos Direitos Humanos relacionado com a democracia, sistematicamente sobre os Direitos Cívicos, Políticos e Sociais como expõem as

contribuições de Marshall, a seleção do conteúdo com relação à democracia foi adequada, pois com relação aos DH não se tem uma sequência apresentada no conteúdo, pelo contrário, está fragmentado por vários capítulos, existem trechos no capítulo 4, assim como apresenta em leitura complementar a Declaração Universal do Homem e do Cidadão (DUHC), os conteúdos de DH destinados em um único capítulo estão no interior do mesmo e descentralizado.

Na *Sociologia em movimento* (JARDIM et. al. 2013), diagnosticamos o conteúdo com um capítulo específico para os Direitos Humanos, no capítulo 7- Democracia, Cidadania e Direitos Humanos existem vários tópicos, que apresentam contextos históricos dos Direitos Humanos de uma forma ampla, e mais específico no caso brasileiro com as criações das leis do Programa Nacional Direitos Humanos (PNDH) I, II e III. Utiliza-se da teoria do autor Marshall, com os estágios dos DH (civis, políticos e sociais), a seleção de conteúdos foi bem elaborada e sequenciada. Os materiais didáticos com linguagem clara, utilizando-se de imagens, charges, leituras complementares (instrumentos jurídicos) sobre os direitos individuais e atividades que facilitam a compreensão e apreensão dos conteúdos de DH, usando em todos os capítulos leituras complementares intitulados “Instrumentos Jurídicos”. Ainda no capítulo 5, utiliza-se do conteúdo de ações afirmativas (cotas) e infográficos sobre as políticas municipais e as minorias relacionadas aos DH em 2011.

Na terceira análise, o livro *Sociologia Hoje* (MACHADO, 2013), o aparecimento sobre os DH, dá-se no capítulo 13- A sociedade diante do Estado, o conteúdo central é a luta pela cidadania e os movimentos sociais, porém o DH surge como tópico, os teóricos apresentados foram Hannah Arendt para a cidadania com o direito de ter direito e o Marshall com os três tipos de Direitos: Civis, Políticos e Sociais, porém não apresenta contexto histórico do surgimento dos DH, utiliza-se de uma linguagem clara com bastantes imagens, charges, o conteúdo encontra-se descentralizado neste capítulo.

Com o livro *Sociologia* (MOTIM, 2013), o capítulo 7- Cidadania, Política e Estado, neste capítulo do livro se direciona para as questões relacionadas aos DH, com as divisões dos direitos civis, políticos e sociais organizado em quadro cronológico, não é conteúdo central, como autores analisados Hannah Arendt para contextualizar cidadania e Marshall o sociólogo britânico, assim como os clássicos da política como Hobbes, Locke e Rousseau. Ainda, nos Objetos Educacionais Digitais encontramos uma das aulas intitulada: Cidadania e Políticas Públicas de Inclusão e neste conteúdo no formato digital, com esse material está bem articulado os dois conteúdos associados aos DH e as Políticas Públicas.

O livro intitulado *Sociologia Para Jovens do Século XXI* (OLIVEIRA, 2013), por meio do capítulo 13 – É de papel ou é pra valer? aponta um contexto histórico da cidadania remetendo a Grécia, assim como a etimologia da palavra Cidadania. Contextualiza uma sequência de conteúdos sobre os DH no sentido amplo com a Declaração Universal do Homem e do Cidadão (DUHC), na sequência histórica menciona a Revolução Francesa, Segunda Guerra Mundial e o Brasil Contemporâneo com a ótica dos DH. Apresenta também as gerações dos DH a partir de um quadro com exemplos dos DH e as gerações, os séculos e a contribuição de Marshall, apresenta os contratualistas como Hobbes e Locke sobre os Direitos Civis. Uma linguagem de fácil acesso para os jovens, com utilização de leituras complementares, atividades relacionados ao Exame Nacional do Ensino Médio-Enem, imagens e charges sobre os Direitos Sociais. Aponta no mesmo capítulo teoria do socialismo científico, Ditadura Militar como suspensão de alguns Direitos Civis e Políticos, os conteúdos estão bem articulados sobre DH e intertextualizado.

Por fim, a análise do livro *Sociologia Para o Ensino Médio* (TOMAZI, 2013) no capítulo 14 intitulado: Direitos e Cidadania, de acordo com este capítulo, destina-se a exposição dos DH de uma forma geral utilizando-se de autores a exemplo dos jusnaturalistas e contratualistas como Rousseau, como também Marx, Durkheim e Marshall. A linguagem abordada nesse conteúdo perpassa por uma linha mais histórica dos DH, porém existem as divisões das gerações dos DH. Contém imagens que condiz com o conteúdo abordado, como as desigualdades, não contendo imagens mais lúdicas como as charges. No capítulo 15 deste mesmo livro o autor abordou as questões dos Direitos Humanos e Cidadania no Brasil propõe uma contextualização e como na ditadura foram tolhidos alguns direitos dos cidadãos.

O exercício possível mediante a utilização do arcabouço teórico fornecido pelas Ciências Sociais/Sociologia no Ensino Médio através dos livros didáticos, proporcionará a inserção dos DH de acordo com o que se propõe as resoluções, sendo também um esforço que demanda dos docentes a articulação deste temas dos DH com teorias que possam subsidiar a discussão em sala de aula, bem como conjuntamente com temas que enfoque a realidade do ambiente escolar, uma vez que a aula precisa ser significativa para esses sujeitos da aprendizagem. A contribuição se torna significativa para o Ensino Médio, tratando-se de uma problemática dos livros didáticos, assim como a inserção da interdisciplinaridade da Sociologia se tratando dos Direitos Humanos para um ambiente escolar a que se propõem a formação de atores sociais críticos e reflexivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Ensino Médio, na busca pela construção de um conhecimento que valorize cidadãos críticos, sem a utilização do senso comum, devemos destacar a interdisciplinaridade da Sociologia em fazer uso dos conteúdos de DH. Este vai para além de utilização de tópicos, o conhecimento dos Direitos Humanos permite uma visão ampla sobre o mundo e os espaços em que os atores sociais estão inseridos na educação. O diagnóstico realizado nos livros didáticos de Sociologia revela, por um lado, uma minimização da temática sobre os Direitos Humanos, por outro, a redução dos debates em torno deste tema, e se contrapondo com a resolução que se propõe a inserção desta temática no ensino médio.

Reconhecemos que houve um avanço significativo nos livros didáticos de Sociologia para o ano de 2015 em comparação ao PNLD de 2012, com o novo Programa os livros estão com mais integralidade sobre os temas, conceitos e teorias da sua própria interdisciplinaridade entre a Antropologia, Ciência Política e Sociologia.

Evidenciamos que em nossa análise três dos seis livros selecionados pelo PNLD (2015) não introduzem integralmente e centralmente o debate sobre os Direitos Humanos, não cumprindo satisfatoriamente em seus conteúdos a interdisciplinaridade com os DH previsto na Resolução/CNE 01 de 30 de maio de 2012, no que diz respeito a uma presença destes conteúdos didáticos, seja, como transversalidade, mista ou conteúdo específico de uma disciplina existente do Ensino Médio e no Ensino Superior, é neste sentido que o fato de terem aproximações entre os DH e a Sociologia que desenvolvemos nosso trabalho em questão. Nos três livros, *Sociologia em movimento* (JARDIM et. al. 2013), *Sociologia Para Jovens do Século XXI* (OLIVEIRA, 2013) e *Sociologia Para o Ensino Médio* (TOMAZI, 2013), estiveram presentes aportes teóricos relacionados à contextualização histórica dos Direitos Humanos, apresentação de teóricos que possibilitam uma visão ampla dos DH, assim como a especificação dos DH no contexto brasileiro quando direcionavam os conteúdos sobre a Ditadura Militar.

Outra apreciação neste mesmo processo metodológico de análise documental foram relacionados a verificação da articulação dos Direitos Humanos com outras temáticas, a exemplo das Políticas Públicas, os movimentos sociais, as questões territoriais e as questões raciais. No ano de 2003, criou-se uma Secretaria Especial dos Direitos Humanos que busca viabilizar a articulação e implementação de Políticas Públicas voltadas à proteção e promoção dos Direitos Humanos. Articular os direitos das diferenças, minorias ou falar sobre desigualdades são questões que deveriam explorar a temática dos DH, como também a promoção de Políticas Públicas para

reverter ou amenizar as desigualdades. Assim como ao longo de vinte anos, o Brasil vem criando e, se articulando com Ministérios e Secretarias, que por meio desses órgãos promovem as Políticas Públicas e a efetivação dos Direitos Humanos.

Precisamos desenvolver nos agentes da aprendizagem, cidadãos participantes das política públicas, do orçamento participativo das escolas, para contribuir como representantes e participantes com vozes e pensamentos sobre as questões discernentes aos desenhos institucionais, assim, os docentes devem transpor a dimensão das paredes das salas de aulas e fazer do ambiente escolar um local de participação e contribuição para o conhecimento sobre os DHs como a participação das políticas públicas que estão envolto do próprio espaço escolar. O próprio material do livro didático disponível para os atores sociais, fazem parte de uma política pública, com o a difusão e distribuição do conhecimento educacional para as escolas públicas, sendo em torno de oito milhões de estudantes do ensino médio com o acesso ao livro didático de Sociologia e sobre os saberes sociológicos (PNLD 2015) suscite nos educandos do Ensino Médio o pensamento crítico e reflexivo sobre a realidade social, e assim, participe efetivamente de movimentos sociais, articulações culturais de bairro, tenham uma cultura política e conheçam o direito do outro como fator condicionante para o respeito ao próximo.

Trazer o debate dos Direitos Humanos para o Ensino Médio nos demanda um esforço teórico e didático, de modo a que se possam proporcionar abertura aos educandos, que eles possam perceber que a sociedade enquanto sua diversidade e desigualdades estiverem em questão haverá um lugar para a discussão sobre os Direitos Humanos.

REFERENCIAS

BOMENY, Helena. et. al. Sociologia: *Tempos Modernos, tempos de Sociologia*. 2.Ed. Editora do Brasil: São Paulo, 2013.

BRASIL, Resolução CNE/CP nº1 de 30 de maio de 2012. *Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos*. Disponível em: http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/83/rcp001_12.pdf. Acesso em: 03.Dez.2015.

_____. (2014). *Guia de livros didáticos: PNLD 2015: Sociologia*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica.

_____. Decreto n. 7037 de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH3 – e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm>. Acesso em: 11 dez. 2014

_____. *Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCN+)*. Brasília: MEC, 2002. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2014.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Sociologia*. Brasília: MEC/SEF, 2000.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio*. Brasília: MEC/SEF, 1999.

FEITOSA, S; MOTTA, A. R. R. *Entrevista concedida para Valnei Francisco de França*. Curitiba, mar. 2009.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 2 ed. São Paulo: ARTMED, 2002.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29. Mai./Jun. 1995.

HAERTER, Leandro; SANTOS, Rita de Cássia Grecco. O espaço da Sociologia no Ensino Médio e na Educação Profissional de Níveis Técnico e Tecnológico: possibilidades de ressignificação do saber e fazer docente. *Thema*, CEFET-RS. Ano 4, n. 1, 2003, p. 27-29.

JARDIM, A. S et al. *Sociologia em Movimento*. 1.ed. (Cidade): Moderna, 2013

MACHADO, I. J. DE R.; AMORIM, H.; BARROS, C. R. *Sociologia Hoje*. 1.ed. (Cidade): Ática, 2013

MOTIM, B. L.; BRIDI, M. A.; ARAUJO, S. M. *Sociologia*. 1.ed. (Cidade): Contexto, 2013.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de e COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. *Sociologia Para Jovens do Século XXI*. 3.ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

TOMAZZI, Nelson Dácio. *Sociologia Para o Ensino Médio*. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Recebido em: 28 de jan. 2016.

Aceito em: 30 de nov. 2016.

ANEXO 1 - Quadro sobre as análises dos livros didáticos de Sociologia

Livros Didáticos	Capítulo específico sobre DH	Existem tópicos sobre DH	Quais autores foram abordados	Há sequência nos conteúdos apresentados	A linguagem?	Existem Imagens, charges	Quais teorias estão presentes	Existe menção sobre Políticas Públicas no Livro	O livro descreve ou anuncia sobre políticas públicas com qual conteúdo?
Tempos Modernos, tempos de Sociologia	Sim, capítulo 19	Sim	Marshall	Não, o conteúdo de DH estão indiretamente sobre o conteúdo de democracia	Sim, clara	Sim, de Movimentos Sociais	Não	Não no capítulo 19, e brevemente no capítulo 4	Com o conteúdo sobre política e Estado
Sociologia em movimento	Sim, capítulo 7	Sim, vários	Marshall	Sim, existe uma sequência aborda os DH amplo para depois chegar no Brasil	Sim, clara	Sim: Charges, imagens	Não	Não no cap. 7, e sim no cap. 5	Com o conceito de Raça e etnia (cotas)
Sociologia Hoje	Não, capítulo 13 está descentralizado	Não	Marshall e Hannah Arendt	Não	Sim, clara	Sim	Não	Não	Não
Sociologia	Não, está descentralizado no capítulo 7	Não	Marshall	Há com o conteúdo de cidadania	Clara	Imagens sobre pobreza e Mov. Soc.	Não	Sim, como dilema da cidadania	Com cidadania
Sociologia Para Jovens do Século XXI	Sim, capítulo 13	Sim	Os contratualistas e Marshall	Sim, existe uma sequência histórica sobre os DH	Sim, clara	Sim: imagens e charges	Socialismo	Não no capítulo 13, e brevemente no capítulo 14	Estado e Governo
Sociologia Para o Ensino Médio	Sim, no capítulo 14	Sim	Os contratualistas, Jusnaturalistas Marshall, Marx ,Durkheim e Janine Ribeiro	Sim, histórica	Sim, clara	Sim: Imagens	não	Não no cap. 14, e sim no cap. 12	Poder, política e Estado no Brasil